

CFM – PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2010

CFM – PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ÍNDICE

PÁGINAS

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	1 – 2
BALANÇO	3
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	4
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	5
DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	6
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	7 – 55

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos Accionistas da

CFM – PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Relatório sobre as demonstrações financeiras

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da empresa **CFM – PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.**, que compreendem o Balanço relativo a 31 de Dezembro de 2010, (que evidencia um activo total de 28.238.600 milhares de Meticais e fundos próprios no montante de 23.487.549 milhares de Meticais, incluindo um resultado líquido de 845.699 milhares de Meticais) e a demonstração dos resultados referentes ao ano então findo, bem como um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Moçambique, tal como disposto no Plano Geral de Contabilidade. Esta responsabilidade inclui ainda a concepção, implementação e manutenção do controlo interno relevante para a apresentação apropriada de demonstrações financeiras que estejam isentas de distorções materiais, quer devidas a fraude ou a erro.

Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras baseada na nossa auditoria. Conduzimos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e planeemos e executemos a auditoria a fim de obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos para obter prova de auditoria sobre as quantias e divulgações das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento profissional do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das

demonstrações financeiras, quer devido a fraude quer a erro. Ao fazer essas avaliações de risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria também inclui a avaliação da adequação das políticas usadas e da razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação global das demonstrações financeiras.

Entendemos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

Opinião

Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da empresa **CFM – PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.**, em 31 de Dezembro de 2010, e o seu desempenho financeiro no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Moçambique, tal como disposto no Plano Geral de Contabilidade.

Ênfase

Sem qualificar a nossa opinião expressa acima, chamamos a atenção para o facto de que, conforme divulgado na Nota 1, e em cumprimento do disposto pelo Número 2 do Artigo 2º do Decreto nº 70/2009 de 22 de Dezembro, a Empresa adoptou, com referência a 1 de Janeiro de 2010, o Plano Geral de Contas baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC-NIRF). Em resultado da adopção do PGC-NIRF, e conforme divulgado na Nota 5, o balanço de abertura de 2010 foi alterado em 2.123 milhares de Meticais, reconhecidos a crédito dos resultados transitados. De igual forma, para efeitos comparativos, o lucro de 2009 foi acrescido em 41.325 milhares de Meticais.

Maputo, 20 de Junho de 2011

ERNST & YOUNG, LDA

CFM - PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Meticals)

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

	Notas	31-Dez-2010	31-Dez-2009
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos tangíveis	6	9.785.390	9.661.323
Activos tangíveis de investimento	7	11.960.712	12.025.793
Activos financeiros disponíveis para venda	8	218.704	190.435
Activos por impostos diferidos	29	162.076	26.099
		<u>22.126.882</u>	<u>21.903.650</u>
Activo corrente			
Inventários	9	121.961	105.509
Clientes	10	1.424.384	1.106.876
Outros activos financeiros	11	188.714	33.267
Outros activos correntes	12	663.334	437.462
Caixa e bancos	13	3.713.325	2.833.771
		<u>6.111.718</u>	<u>4.516.885</u>
		<u>28.238.600</u>	<u>26.420.535</u>
TOTAL DO ACTIVO			
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital social	14	1.242.981	1.242.981
Reservas	14	526.575	162.603
Resultados transitados	14	20.872.294	20.911.496
Resultado líquido do exercício		845.699	354.281
		<u>23.487.549</u>	<u>22.671.361</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	26.447	25.443
Empréstimos obtidos	16	2.845.713	2.520.958
Outros passivos financeiros	18	22.253	21.091
Passivos por impostos diferidos	29	238.840	27.098
		<u>3.133.253</u>	<u>2.594.590</u>
Passivo corrente			
Fornecedores	17	200.693	60.489
Empréstimos obtidos	16	56.143	116.768
Outros passivos financeiros	18	87.132	66.027
Outros passivos correntes	19	1.273.830	911.300
		<u>1.617.798</u>	<u>1.154.584</u>
		<u>4.751.051</u>	<u>3.749.174</u>
TOTAL DO PASSIVO			
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
		<u>28.238.600</u>	<u>26.420.535</u>

O Técnico de Contas

A Administração

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

CFM - PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Meticals)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

	Notas	2010	2009
Vendas de bens e prestação de serviços	20	2.794.923	1.660.731
Custo dos inventários vendidos ou consumidos	21	(85.209)	(31.194)
Margem bruta		2.709.714	1.629.537
Investimentos realizados pela própria empresa	22	38.512	17.556
Rendimentos suplementares	23	961.981	742.818
Gastos com pessoal	24	(916.649)	(706.999)
Fornecimento e serviços de terceiros	25	(1.353.134)	(906.454)
Depreciações	6,7	(726.630)	(664.220)
Provisões	15	(1.004)	(23.045)
Imparidade	10	(106.685)	-
Reversões do período de perdas por imparidade	8,10	271.003	32.722
Outros ganhos e perdas operacionais	26	138.399	(42.858)
		1.015.507	79.057
Rendimentos financeiros	27	1.422.032	892.887
Gastos financeiros	28	(1.061.052)	(476.630)
Resultado antes do imposto		1.376.487	495.314
Imposto sobre o rendimento	29	(530.788)	(141.033)
Resultado líquido do exercício		845.699	354.281

O Técnico de Contas

A Administração

CFM - PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Meticals)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

	31-Dez-2010	31-Dez-2009
Fluxo de caixa das actividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	845.699	354.281
<u>Ajustamentos ao resultado relativos a:</u>		
Depreciações	726.630	664.220
Aumento/(redução) de provisões	1.004	22.833
(Aumento)/redução de inventários	(16.452)	(26.146)
(Aumento)/redução de clientes e outros activos financeiros	(472.955)	(210.519)
(Aumento)/redução de outros activos correntes	(546.774)	80.326
Aumento/(redução) de fornecedores e outros passivos financeiros	162.471	(29.599)
Aumento/(redução) de outros passivos correntes e não correntes	759.197	75.929
<i>Caixa líquida gerada pelas actividades operacionais</i>	<u>1.458.820</u>	<u>931.325</u>
Fluxo de caixa das actividades de investimento		
<u>Ajustamentos ao resultado relativos a:</u>		
Aquisição de activos tangíveis e activos intangíveis de investimento	(785.616)	(638.190)
Investimentos financeiros	(28.269)	(326)
Juros e rendimentos similares	110.961	74.036
<i>Fluxo líquida usada nas actividades de investimento</i>	<u>(702.924)</u>	<u>(564.480)</u>
Fluxo de caixa das actividades de financiamento		
<u>Ajustamentos ao resultado relativos a:</u>		
Empréstimos obtidos	189.272	341.088
Dividendos	(29.511)	(18.400)
Juros e gastos similares	(36.103)	(28.983)
<i>Caixa líquida usada nas actividades de financiamento</i>	<u>123.658</u>	<u>293.705</u>
Varição de caixa e equivalentes de caixa	<u>879.554</u>	<u>660.550</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>2.833.771</u>	<u>2.173.221</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>3.713.325</u>	<u>2.833.771</u>

O Técnico de Contas

A Administração

CFM - PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Meticals)

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

	Capital Social	Reservas legais	Reserva para investimento	Fundo social dos trabalhadores	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldo no início de 2009	1.242.981	14.873	93.290	14.873	20.929.896	39.567	22.335.480
Aplicação do resultado do exercício anterior	-	1.978	33.632	3.957	-	(39.567)	-
Dividendos	-	-	-	-	(18.400)	-	(18.400)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	354.281	354.281
Saldo no fim de 2009	1.242.981	16.851	126.922	18.830	20.911.496	354.281	22.671.361
Aplicação do resultado do exercício anterior	-	19.675	314.786	29.511	(9.691)	(354.281)	-
Dividendos	-	-	-	-	(29.511)	-	(29.511)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	845.699	845.699
Saldo no fim de 2010	1.242.981	36.526	441.708	48.341	20.872.294	845.699	23.487.549

O Técnico de Contas

A Administração

CFM - PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Meticals)

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Bases de preparação	10
2. Principais políticas contabilísticas	11
3. Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos	19
4. Alterações de políticas contabilísticas, de estimativas e erros	20
5. Efeito da primeira aplicação do PGC-NIRF	20
6. Activos tangíveis	23
7. Activos tangíveis de investimento	26
8. Activos financeiros disponíveis para venda	27
9. Inventários	28
10. Clientes	30
11. Outros activos financeiros	31
12. Outros activos correntes	31
13. Caixa e bancos	31
14. Capital próprio	34
15. Provisões	34
16. Empréstimos obtidos	35
17. Fornecedores	37
18. Outros passivos financeiros	38
19. Outros passivos correntes	38
20. Vendas de bens e serviços	39
21. Custo dos inventários	40
22. Investimentos para a própria empresa	40
23. Rendimentos suplementares	41
24. Gastos com pessoal	42
25. Fornecimentos e serviços de terceiros	43
26. Outros ganhos e perdas operacionais	44
27. Rendimentos financeiros	45
28. Gastos financeiros	45
29. Impostos sobre o rendimento	45
31. Partes relacionadas	48
32. Compromissos e contingências	50
33. Gestão de risco, objectivos e políticas	50
34. Acontecimentos após a data de balanço	55

CFM – PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Meticais)

Introdução

Os CFM – Portos e Caminhos-de-Ferro de Moçambique, E.P (CFM) foram inicialmente uma Empresa Estatal, tutelada pelo Ministério dos Transportes e Comunicações, constituída através do Decreto nº 6/89 de 11 de Maio, mantendo a sua sede em Maputo embora com presença efectiva em grande parte do território nacional.

Com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1995, e ao abrigo do Decreto nº 40/94, de 18 de Setembro, a Empresa Estatal foi transformada em empresa pública, passando a ter a designação de PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E. P. (CFM). O capital estatutário estabelecido pelo decreto supracitado, foi de 1.242.981 milhares de Meticais.

O capital social ascende a 1.242.981 milhares de meticais, integralmente subscrito e realizado pelo Estado Moçambicano, que assim se constitui na casa mãe dos CFM.

A Empresa tem como objecto principal, o serviço público de transporte ferroviário de passageiros e de mercadorias em território Moçambicano com carácter regular e não regular, para além do manuseamento de mercadorias nos Portos.

Participação privada na gestão dos Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique

Têm vindo a ser implementados um conjunto de acções no âmbito do Projecto de Reestruturação do sector ferro-portuário em Moçambique, o qual inclui a cedência ao sector privado da gestão e exploração em regime de concessão, dos sistemas ferro-portuários do País.

Na concepção original do programa de concessões, exceptuavam-se deste esquema de envolvimento do sector privado, as actividades consideradas de índole estratégica ou que não requerem grande tecnologia de operação e gestão, como por exemplo os Terminais de Combustíveis (e de outros líquidos a granel) em todos os portos internacionais, o terminal de cereais do porto de Maputo. Estas unidades foram transformadas em centros de resultados específicos e devidamente capacitados para gerir o negócio com eficiência.

Face aos graves problemas enfrentados em algumas das concessões já concretizadas, foi decidido, em finais de 2005, princípios de 2006, encerrar o processo de concessões das linhas férreas do sul e do Porto de Pemba. Nesta base, continuarão a ser directamente explorados pelos CFM as seguintes infra-estruturas:

- A Linha Férrea de Ressano Garcia;
- A Linha Férrea do Limpopo;
- A Linha Férrea de Goba;
- A secção comum às 3 linhas da rede sul e zona de Manobras de Maputo;
- As Oficinas Gerais (CFM-Sul);
- O Terminal de Alumínio da Matola;

CFM – PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Meticais)

- Os Terminais de Combustíveis (em todos os portos nacionais);
- O Terminal de Cereais do Porto de Maputo;
- O Porto de Pemba; e
- As demais infra-estruturas e instalações não incluídas nas concessões outorgadas.

Atualmente, as empresas já criadas para a exploração em regime de concessão ou subconcessão de terminais específicos e de outras infra-estruturas, com envolvimento de parceiros do sector privado, são as seguintes:

Na zona Sul:

- Sociedade de Desenvolvimento do Porto de Maputo (MPDC), que tem a concessão de exploração do Porto de Maputo e que absorveu as concessões e subconcessões de terminais específicos anteriormente cedidos pelo CFM, nomeadamente:
 - ❑ MIPS – Mozambique International Port Services – (exploração da terminal de contentores);
 - ❑ MPT – Maputo Produce Terminal (exploração da terminal de frutas);
 - ❑ STAM – Sociedade Terminal de Açúcar de Maputo (exploração da terminal do açúcar);
 - ❑ TCM – Terminal de Carvão da Matola – (exploração do terminal de carvão da Matola); e
- Terminal de Cabotagem de Maputo, SARL (TCM) que tem a concessão de exploração do Terminal de Cabotagem de Maputo.
- STM – Sociedade de Terminais de Moçambique, que tem a concessão para exploração da terminal ferro-rodoviário das Mahotas.
- BH – Belavista Holding, SA

Na zona Centro:

- CdM – Cornelder de Moçambique SARL, que tem a concessão para exploração dos terminais de carga geral e de contentores e propósitos múltiplos do Porto da Beira;
- CCFB – Companhia dos Caminhos de Ferro da Beira, SARL, que é titular da concessão do sistema ferroviário da Beira (Linhas Férreas de Machipanda, de Sena, incluindo os ramais de Marromeu e Vila Nova da Fronteira – Malawi e a linha de D. Ana - Moatize);
- CQ – Cornelder Quelimane, SARL, que tem a concessão do Porto de Quelimane;
- BGT – Beira Grain Terminal, sociedade formalmente constituída com quem se irá firmar contrato de concessão do Terminal de Cereais da Beira, em fase de conclusão.

CFM – PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Meticais)

Na zona Norte:

- CDN – Corredor de Desenvolvimento do Norte, com quem se firmou o contrato de concessão para a exploração do sistema ferroviário do Norte e do Porto de Nacala.
- Kenmare Moma Processing (Mauritius) Limited (Mozambique Branch), que possui a concessão para a concepção, construção e exploração de um Cais (Jetty) a ser construído na costa da província de Nampula, próximo das minas de exploração de areias pesadas de Moma.

CEAR – Central East Africa Railways (no Malawi): não obstante esta concessão não se localizar no território nacional, os CFM ganharam o concurso internacional de concessão de exploração dos Caminhos de Ferro do Malawi, em associação com o parceiro privado da concessão do Corredor do Norte – a Sociedade de Desenvolvimento do Corredor de Nacala (SDCN) – tendo sido constituída a empresa concessionária CEAR e firmado com o Governo do Malawi o contrato de concessão da exploração daquele caminho de ferro.

1. Bases de preparação

Em cumprimento do número 2 do art.º 2.º do Decreto n.º 70/2009 de 22 de Dezembro de 2009, os CFM adoptaram, a partir de 1 de Janeiro de 2010, o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC-NIRF), uma vez que assume o estatuto, previsto naquele Decreto, de “grande empresa” e, ainda pelo facto de serem detidos maioritariamente, directa ou indirectamente pelo Estado Moçambicano.

As presentes demonstrações financeiras, que se reportam à data de 31 de Dezembro de 2010, foram preparadas em conformidade com o PGC-NIRF e, em consequência, com base no princípio do custo histórico, excepto para as situações especificamente identificadas, que decorrem da aplicação das Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF). As demonstrações financeiras foram igualmente preparadas com base nos princípios do acréscimo e da continuidade.

Na preparação destas demonstrações financeiras, não foi derogada qualquer disposição do PGC-NIRF e não existem situações que afectem a comparabilidade das diversas rubricas contabilísticas.

Note-se, no entanto, que a preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o PGC-NIRF exige que o Conselho de Administração formalize julgamentos, estimativas e pressupostos, que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e mensuração dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e outros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para os quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na nota 3.

Assim, estas demonstrações financeiras reflectem o resultado das operações e a posição financeira dos CFM com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, sendo apresentadas em milhares de Meticais, arredondados ao milhar mais próximo.

CFM – PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Meticais)

Refira-se que estas são as demonstrações financeiras individuais dos CFM, sendo que a empresa se encontra obrigada à apresentação de demonstrações financeiras consolidadas que incluam as suas subsidiárias e associadas (Nota 8).

As presentes Demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião ocorrida 21 de Março de 2011.

2. Principais políticas contabilísticas

a) Transacções em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Meticais, que constitui a moeda funcional e de apresentação utilizada pelos CFM nas suas operações e preparação das suas demonstrações financeiras.

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Meticais à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção.

As taxas de câmbio utilizadas para conversão dos saldos expressos em moeda estrangeira foram os seguintes:

	31-Dez-2010	31-Dez-2009
Dólar Norte-Americano	32,15	29,29
Rands Sul-Africanos	4,93	4,11
Euros	42,74	41,90

b) Activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pelos CFM no decurso da sua actividade são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço pago pela propriedade do activo e todos os custos directamente incorridos para o colocar no estado de funcionamento.

Na data de transição para o PGC-NIRF, os CFM decidiram adoptar como custo considerado para os seus activos tangíveis o valor reavaliado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, a qual era equiparado ao custo mensurado de acordo com o PGC-NIRF.

CFM – PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Meticais)

Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para os CFM. As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

A depreciação dos activos tangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, utilizando-se, assim, as seguintes vidas úteis.

	<i>Taxa Anual %</i>
Construções	2 – 4
Equipamento básico	10 – 25
Outros activos tangíveis	10 - 20

Os CFM efectuam regularmente a análise de adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis. As alterações na vida útil esperada dos activos são registadas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratadas como alterações em estimativas contabilísticas.

Periodicamente são efectuadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício. Os CFM procedem à reversão das perdas por imparidade nos resultados do período caso, subsequentemente, se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso, sendo este calculado com base nos fluxos de caixa estimados que se esperam a vir obter do uso continuado do activo e da sua alienação no final da vida útil.

Um item do activo tangível deixa de ser reconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento do activo (calculado como a diferença entre o rendimento da venda e a quantia escriturada do activo) é reconhecido em resultados no período da sua anulação do reconhecimento.

c) Activos tangíveis de investimento

Os CFM classificam como activos tangíveis de investimento os equipamentos e construções detidos com o objecto de obtenção de rendas.

Os activos tangíveis de investimento são valorizados pelo modelo do custo, tal como referido em 2b), sendo-lhes aplicáveis todos os critérios de reconhecimento e mensuração aí referidos, bem como as políticas contabilísticas previstas.

c) Inventários

CFM – PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Meticals)

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui custos de aquisição, custos com impostos não dedutíveis, e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O custeio das saídas (consumos) é efectuado através do custo médio ponderado.

Os ajustamentos ao valor realizável líquido são avaliados numa base anual e, caso se constate a necessidade de proceder ao seu reconhecimento, registadas como uma dedução ao activo, por contrapartida dos resultados do exercício.

d) Custo dos empréstimos obtidos

Os custos dos empréstimos obtidos que são directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo elegível, fazem parte do custo do activo. Esses custos são capitalizados como parte do custo do activo quando é provável que resultem em benefícios económicos futuros para os CFM e podem ser mensurados com fiabilidade.

e) Imparidade de itens não monetários

Os CFM avaliam, a cada data de relato, ou com maior frequência caso tenha ocorrido alterações que indiquem que um determinado activo possa estar em imparidade, se existem indicações de que um activo não financeiro se possa encontrar em imparidade. Se tal indicação existir, os CFM estimam a respectiva quantia recuperável e, caso esta se apresente inferior à quantia escriturada, o activo encontra-se em imparidade e é reduzido para a sua quantia recuperável.

A cada data de balanço, os CFM reavaliam se existe qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação, os CFM estimam a quantia recuperável do activo e reverte as perdas por imparidade previamente reconhecidas apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

f) Locações

A determinação de um contrato é ou contém uma locação é baseada na substância do contrato, atentando à determinação de qual a entidade que retém substancialmente os riscos e vantagens inerentes à propriedade do bem locado.

Nas locações financeiras, as quais transferem substancialmente para os CFM todos os riscos e vantagens, o custo do activo é registado como um activo tangível, e a correspondente responsabilidade é registada no passivo. A depreciação do activo é calculado conforme descrito na nota 2 (b) e registada como gasto na demonstração de resultados dentro do período a que respeitam.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital (tal como inicialmente reconhecido como passivo). Os encargos financeiros são suportados aos exercícios a que se referem.

Nas locações operacionais, as rendas são reconhecidas como gasto numa base linear durante o período da locação.

g) Activos financeiros

CFM – PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Meticals)

A classificação dos activos financeiros no seu reconhecimento inicial depende do objectivo para o qual o instrumento foi adquirido bem como das suas características, considerandos as seguintes categorias:

Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

A categoria de activos financeiros ao justo valor através dos resultados inclui activos financeiros detidos para negociação, adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo e outros activos financeiros ao justo valor por via dos resultados.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados detidos com a intenção em manter por tempo indeterminado ou designados para venda no momento do seu reconhecimento inicial.

Activos financeiros detidos até à maturidade

Considera-se activos detidos até à maturidade a categoria de activos financeiros não derivados com pagamentos fixos e determináveis e maturidades fixadas, tendo os CFM a intenção de deter os mesmos até à maturidade.

Empréstimos e contas a receber

Classifica-se como empréstimos e contas a receber os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não estejam cotados num mercado activo.

Os activos financeiros são reconhecidos no balanço dos CFM na data de contratação pelo respectivo justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis, excepto para activos e passivos ao justo valor através dos resultados em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos em resultados.

Entende-se por justo valor o montante pelo qual um activo ou passivo pode ser transferido ou liquidado, entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado. O justo valor de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é geralmente o preço da transacção.

O justo valor é determinado com base em preços de um mercado activo ou em métodos de avaliação no caso de inexistência de tal mercado activo. Um mercado é considerado activo se ocorrerem transacções de forma regular.

Os CFM avaliam, à data de cada balanço, se existe evidência objectiva de que um activo financeiro ou grupo de activos financeiros está em imparidade. Considera-se que um activo financeiro está em imparidade se, e apenas se, existir evidência objectiva de perda de valor em resultado de um ou mais acontecimentos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do activo e desde que tais acontecimentos tenham um impacto sobre os fluxos de caixa futuros estimados dos activos financeiros. A evidência de imparidade pode incluir indicações de que o devedor ou um grupo de devedores está em dificuldades financeiras, incumprimento ou mora na liquidação de capital ou juros, a probabilidade de entrarem em falência ou em reorganização financeira e sempre que esteja disponível informação que indique um decréscimo de valor dos fluxos de caixa futuros.

Reconhecimento inicial, mensuração e anulação do reconhecimento

CFM - PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Meticals)

As aquisições e alienações dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados, assim como os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da sua transacção.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, à excepção da categoria dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados, sendo os custos de transacção reconhecidos em resultados.

A anulação dos activos financeiros ocorre quando os direitos contratuais do activo financeiro expira, tenha procedido à transferência substancial de todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou não obstante retenha parte, mas não substancialmente, todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, os CFM tenham transferido o controlo sobre esses activos.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos pelo justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados do exercício.

Os activos financeiros disponíveis para venda são valorizados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas em capitais próprios até ao momento da anulação do reconhecimento, ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registado em capitais próprios é transferido para resultados.

Os activos detidos até à maturidade, assim como os empréstimos e contas a receber, após o reconhecimento inicial são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efectiva. Ganhos e perdas são reconhecidos em resultados aquando da anulação do reconhecimento se encontra em imparidade, assim como decorrentes de aplicação do método do juro efectivo.

O justo valor dos activos financeiros que são negociados em mercados financeiros organizados é o seu preço de compra corrente ("bid price"). Para a ausência de um mercado activo, o justo valor é determinado através de técnicas de avaliação, tais como preços de transacção recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e técnicas de fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

Para os activos financeiros que não sejam possível mensurar com fiabilidade o justo valor, os mesmos são reconhecidos ao custo de aquisição, sendo qualquer imparidade registada por contrapartida de resultados.

Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade.

Activos financeiros registados ao custo amortizado

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade em empréstimos concedidos e contas a receber ou investimentos detidos até à maturidade registados pelo custo amortizado, a quantia da perda é mensurada como a diferença entre a quantia registada do activo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efectiva original do

CFM - PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Meticals)

activo financeiro. A quantia registada do activo deve ser reduzida através do uso de uma conta de redução do activo. A quantia da perda deve ser reconhecida nos resultados.

Se, num período subsequente, a quantia da perda por imparidade diminui e a diminuição pode ser relacionada objectivamente com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da imparidade, a perda por imparidade anteriormente reconhecida deve ser revertida ajustando a conta de redução do activo. A reversão não deve resultar numa quantia registada do activo financeiro que exceda a quantia que poderia ter sido determinada pelo custo amortizado, caso a imparidade não tivesse sido reconhecida à data em que a imparidade foi revertida. A quantia da reversão deve ser reconhecida nos resultados.

Activos financeiros registados pelo custo

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade num instrumento de capital próprio não cotado que não está registado pelo justo valor porque o seu justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, ou num activo derivado que está ligado a, e que deve ser liquidado pela entrega de, um tal instrumento de capital próprio não cotado, a quantia da perda por imparidade é mensurada pela diferença entre a quantia registada do activo financeiro e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno de mercado corrente para um activo financeiro semelhante. Estas perdas por imparidade não devem ser revertidas.

Activos financeiros disponíveis para venda

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada capital próprio, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados.

h) Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

i) Passivos financeiros

Passivos financeiros ao justo valor através dos resultados

Os passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados incluem os passivos financeiros detidos para negociação e outros passivos financeiros ao justo valor através dos resultados reconhecidos no momento inicial.

Empréstimos obtidos e contas a pagar

Classificamos nesta categoria os restantes passivos financeiros.

Reconhecimento inicial, mensuração e anulação do reconhecimento

CFM – PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Meticais)

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, à excepção da categoria dos passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, sendo os custos de transacção reconhecidos em resultados.

A anulação do passivo financeiro ocorre quando as obrigações contratuais do passivo financeiro expiram.

Quando um passivo financeiro é substituído por outro do mesmo credor, em condições substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente diferentes, essa troca ou alteração é tratada como uma anulação do reconhecimento do passivo original e é reconhecido um novo passivo, sendo a diferença dos valores registada em resultados.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os empréstimos e contas a pagar, após o reconhecimento inicial são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efectiva. Ganhos e perdas são reconhecidos em resultados aquando da anulação do reconhecimento se encontra em imparidade, assim como decorrentes de aplicação do método do juro efectivo.

j) Provisões

Os CFM constituem provisões quando tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos financeiros, e este possa ser determinado com fiabilidade.

O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

k) Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os CFM registam os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual estes elementos são reconhecidos na data da transacção que os origina, independentemente do respectivo pagamento ou recebimento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de “Outros activos correntes” ou “Outros passivos correntes”, consoante a natureza da diferença.

CFM – PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Meticais)

l) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo são mensurados numa base não descontada e imputadas ao resultado na medida em que o serviço é prestado.

É reconhecido um passivo para o montante esperado de bónus ou distribuição de resultados se os CFM têm uma obrigação legal ou construtiva em pagar esse valor resultante de um acontecimento passado de um serviço prestado por um empregado e se a obrigação puder ser mensurada com fiabilidade.

m) Reconhecimento do rédito

O rédito inerente às vendas é reconhecido na demonstração de resultados quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos bens vendidos são transferidos para o comprador. O rédito relacionado com a prestação de serviços é reconhecido quando os serviços são prestados.

n) Impostos sobre o rendimento

Impostos correntes

O imposto corrente, activo ou passivo, é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data de balanço.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, em conformidade com a legislação fiscal vigente.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os prejuízos fiscais reportáveis assim como os benefícios fiscais dão também origem a impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capitais próprios, não afectando o resultado do exercício.

CFM – PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Meticais)

o) Subsídios do Governo

Os subsídios do governo relativos a activos são apresentados no balanço como rendimento diferido em outros passivos correntes, sendo transferidos rendimentos através de uma base sistemática e racional durante a vida útil do activo.

Os subsídios do governo relativos a rendimentos são apresentados ou como créditos na demonstração dos resultados, ou como deduções ao correspondente gasto.

3. Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos

Na preparação das demonstrações financeiras dos CFM exigem que a administração efectue julgamentos, estimativas e premissas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total de activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que concerne ao efeito dos custos e proveitos reais.

O PGC-NIRF estabelece um conjunto de políticas contabilísticas que requerem que a Administração efectue julgamentos e realize estimativas. As principais estimativas contabilísticas utilizadas pelos CFM são analisadas como segue:

Imparidade de contas a receber

Os CFM reavaliam periodicamente a evidência de imparidade de forma a aferir da necessidade de reconhecer perdas por imparidade adicionais. Nomeadamente, para a determinação do nível de perda potencial, são usadas estimativas da Administração nos cálculos dos montantes relacionados com os fluxos de caixa futuros. Tais estimativas são baseadas em pressupostos de diversos factores, podendo os resultados efectivos alterar no futuro, resultando em alterações dos montantes constituídos para fazer face a perdas efectivas.

Adicionalmente à análise de imparidade individual, os CFM efectuem uma análise de imparidade colectiva das contas a receber para fazer face a situações de perda de valor que, embora não especificamente identificáveis, incorporam um grande risco de incumprimento face à situação inicial, no momento em que foram reconhecidos.

Os CFM consideram que a imparidade determinada com base na metodologia apresentada permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de clientes.

Vidas úteis dos activos tangíveis, tangíveis de investimento e intangíveis bem como respectivos valores residuais

Os CFM reavaliam continuamente as suas estimativas sobre a vida útil dos activos tangíveis e intangíveis e seus valores residuais caso aplicável. As estimativas de vida útil remanescente são baseadas na experiência, estado e condição de funcionamento do activo. Case se entenda necessário, estas estimativas são sustentadas em pareceres técnicos emitidos por peritos independentes.

Imparidade de activos tangíveis, tangíveis de investimento e intangíveis

Os activos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que a sua quantia registada excede a recuperável.

CFM – PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Meticals)

Considerando as incertezas quanto à quantia recuperável destes activos de longo prazo, pelo facto das análises se basearem na melhor informação à data, as alterações de pressupostos podendo resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados dos CFM.

Provisões para litígios judiciais

As provisões constituídas para fazer face a perdas prováveis em processos judiciais em que CFM são parte interessada são constituídas atendendo à expectativa de perda da Administração, sustentada na informação prestada pelos seus assessores jurídicos, sendo objecto revisão anual.

Impostos

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pelos CFM com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos CFM sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Por outro lado, as Autoridades Fiscais dispõem de faculdade de rever a posição fiscal dos CFM durante um período de 10 anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de IRPC e IVA, eventuais correcções.

A Administração acredita ter cumprido todas as obrigações fiscais a que os CFM se encontram sujeitos, pelo que eventuais correcções à matéria colectável declarada, decorrentes destas revisões, não se espera que venham a ter um efeito nas demonstrações financeiras.

4. Alterações de políticas contabilísticas, de estimativas e erros

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas que produzam efeito na comparabilidade desses exercícios.

De igual forma, não ocorreram alterações significativas de estimativas, nem foram detectados erros que motivem re-expressão das quantias comparativas.

5. Efeito da primeira aplicação do PGC-NIRF

Conforme referido na Nota 1, os CFM procederam à adopção do Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC-NIRF) com referência a 1 de Janeiro de 2009.

Anteriormente, as demonstrações financeiras eram apresentadas de acordo com o Plano Geral de Contabilidade (PGC) e demais legislação complementar. Os ajustamentos efectuados às demonstrações financeiras em 1 de Janeiro de 2010 foram calculados de forma retrospectiva, de acordo com as regras para a primeira aplicação do PGC-NIRF (Capítulo 1.3).

CFM - PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Meticais)

As diferenças entre o PGC e o PGC-NIRF, assim como o impacto nas demonstrações financeiras em 1 de Janeiro de 2009 e em 31 de Dezembro de 2009, e a reconciliação dos capitais próprios e resultados são apresentados da seguinte forma:

		31-Dez-2009	01-Jan-09
Capital próprio de acordo com o PGC		22.669.238	22.294.155
Despesas de constituição	(a)	(4.987)	(6.659)
Anulação do reconhecimento da provisão para devedores de cobrança duvidosa	(b)	84.682	67.432
Reconhecimento da reserva de reavaliação dos activos tangíveis em PGC	(c)	(20.443.471)	(20.443.471)
Custo considerado como justo valor dos activos	(c)	20.443.471	20.443.471
Diminuição das amortizações pela aplicação dos valores residuais	(d)	(76.573)	-
Reconhecimento de impostos diferidos	(e)	(999)	(19.448)
Ajustamentos de transição		2.123	41.325
Capital próprio de acordo com o PGC-NIRF		22.671.361	22.335.480

		31-Dez-2009
Resultados de acordo com o PGC		393.483
Despesas de constituição	(a)	1.672
Anulação do reconhecimento da provisão para devedores de cobrança duvidosa	(b)	17.250
Diminuição das amortizações pela aplicação dos valores residuais	(d)	(76.573)
Reconhecimento de impostos diferidos	(e)	18.449
Ajustamentos de transição		(39.202)
Resultados de acordo com o PGC-NIRF		354.281

a) Despesas de constituição (encargos plurianuais)

De acordo com o PGC-NIRF os encargos plurianuais são reconhecidos em resultados quando incorridos. Em PGC-NIRF, apenas são qualificáveis como activos intangíveis activos que são identificáveis, existe a probabilidade de que os futuros benefícios económicos fluirão para a entidade, e se a entidade tiver a capacidade de controlar esses benefícios económicos futuros.

Em PGC, estes encargos eram passíveis de reconhecimento como um activo intangível, sendo depreciados num período de 3 a 5 anos.

b) Anulação de reconhecimento da provisão para devedores de cobrança duvidosa

CFM – PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Meticais)

Os montantes apresentados pelos CFM a título de provisões para cobranças duvidosas não se qualificavam, parcialmente, para efeitos do conceito de imparidade em contas a receber, pelo que foram anuladas na parcela correspondente.

c) Custo considerado como justo valor dos activos

Conforme previsto no Capítulo 1.3 do Sistema de Contabilidade para o Sector Empresarial em Moçambique que determina as regras para a primeira aplicação do PGC-NIRF, os CFM apelaram à isenção que permitiu poder considerar o justo valor da reavaliação efectuada por uma entidade independente como custo considerado para mensuração dos saldos iniciais dos seus activos tangíveis, expressos em conformidade com o PGC-NIRF.

Com referência a 1 de Janeiro de 2009, os CFM haviam obtido uma avaliação independente dos seus activos tangíveis. Esta avaliação, baseada no valor técnico de reposição, determinou também taxas técnicas de amortização e valores residuais, resultando num excedente de revalorização no montante de 20.443.471 milhares de meticais.

Pelo apelo à isenção do custo considerado, o montante do excedente de revalorização foi integralmente reconhecido em resultados transitados do Balanço de abertura.

d) Depreciações de acordo com pressupostos económicos

No antigo PGC, as depreciações dos activos tangíveis eram efectuadas de acordo com uma perspectiva fiscal. Em PGC-NIRF, as depreciações deverão ser calculadas de acordo com a perspectiva económica dos bens, tendo em consideração o respectivo valor residual de cada activo.

e) Impostos diferidos

O anterior normativo contabilístico não previa o reconhecimento de impostos diferidos. Com o PGC-NIRF reconhecem-se impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal. Nos termos previstos na NCRF12 Impostos sobre o rendimento correntes e diferidos.

Excepções à aplicação retrospectiva – Regras para a primeira aplicação do PGC-NIRF

Justo valor como custo considerado dos activos tangíveis

Na data de transição para o PGC-NIR, os CFM decidiram adoptar como custo considerado para os seus activos tangíveis o valor reavaliado. em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era considerado ao custo mensurado de acordo com o PGC-NIRF.

Designação de instrumentos financeiros previamente reconhecidos

As participações financeiras em subsidiárias e associadas foram reconhecidas como activos financeiros disponíveis para venda na data de transição.

Concentração de actividades empresariais

CFM – PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Meticals)

Os CFM optaram por não aplicar a NCRF 21 – Concentrações de actividades empresariais a concentrações de actividades empresariais ocorridas antes da data de transição.

6. Activos tangíveis

O movimento ocorrido nos activos tangíveis é analisado como segue:

	31-Dez-2009	Aumentos	Alienações/Abates	Transferências	31-Dez-2010
Custo de aquisição					
Terrenos	12.273	-	-	-	12.273
Construções	18.129.859	11.838	(3.840)	6.352	18.144.209
Equipamento básico	11.221.950	6.555	(2.432)	39.456	11.265.529
Outros activos tangíveis	907.073	10.174	(830)	94.647	1.011.064
Investimentos em curso	1.208.473	760.065	-	(140.455)	1.828.083
	31.479.628	788.632	(7.102)	-	32.261.158

	31-Dez-2009	Depreciações do exercício	Alienações/Abates	31-Dez-2010
Depreciação acumulada				
Construções	11.138.882	453.988	(2.640)	11.590.230
Equipamento básico	10.333.266	179.312	1.394	10.513.972
Outros activos tangíveis	346.157	25.114	295	371.566
	21.818.305	658.414	(951)	22.475.768
Valor líquido	9.661.323			9.785.390

CFM - PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Meticais)

	01-Jan-2009	Aumentos	Alienações/Abates	31-Dez-2009
Custo de aquisição				
Terrenos	12.273	-	-	12.273
Construções	17.975.739	154.120	-	18.129.859
Equipamento básico	11.156.734	65.216	-	11.221.950
Outros activos tangíveis	694.237	212.836	-	907.073
Investimentos em curso	1.014.840	193.633	-	1.208.473
	30.853.823	625.805	-	31.479.628
	01-Jan-2009	Depreciações do exercício	Alienações/Abates	31-Dez-2009
Depreciação acumulada				
Construções	10.928.047	211.287	(452)	11.138.882
Equipamento básico	10.173.887	170.331	(10.952)	10.333.266
Outros activos tangíveis	329.734	17.404	(981)	346.157
	21.431.668	399.022	(12.385)	21.818.305
Valor líquido	9.422.155			9.661.323

CFM - PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Meticals)

Os investimentos em curso referem-se aos seguintes projectos/obras:

	<u>Data estimada de conclusão</u>	<u>31-Dez-2010</u>
CFM Sul		
Reabilitação do ramal de Salamanga	2012	87.619
Reabilitação de locomotivas	2011	51.321
Reabilitação do terminal de combustíveis	2011	51.305
Reabilitação da Linha de Ressano Garcia	2011	536.663
Aquisição de 38 carruagens e furgões	2011	76.595
Reabilitação e ampliação da terminal de cabotagem da Matola	2011	338.824
Outros	-	72.089
		1.214.416
CFM Centro		
Construção de oficina e armazem	2011	7.340
Reabilitação da casa 30/30A	2011	4.389
Grande reparação de 4 defensas	2011	7.477
Reabilitação do acesso Sul ao Porto da Beira	2011	4.407
Outros	-	6.623
		30.236
CFM Norte		
Reparação da empilhadeira Kalmar de 42ton	2011	12.478
Reabilitação do lar dos estudantes	2011	6.004
Grande reparação de veículos ferroviários	2011	8.523
Reabilitação da casa de hóspedes	2011	3.013
CFM Linha de Sena	2011	3.167
Outros	-	6.893
		40.078
CFM Sede		
Projecto do Porto de Quelimane	2011	281.358
Electrificação do Porto da Matola	2011	73.765
Reabilitação do complexo de férias em Bilene	2011	14.439
CFM Linha de Sena	2011	126.111
Doca-Rio (Ex-Terminal de Passageiros)	2011	12.480
Outros	-	35.200
		543.353
		1.828.083

CFM - PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Meticais)

7. Activos tangíveis de investimento

O movimento ocorrido nos activos tangíveis de investimento é analisado como segue:

	31-Dez-2009	Aumentos	Alienações/Abates	31-Dez-2010
Custo de aquisição				
Construções	26.607.049	3.135	-	26.610.184
Equipamento básico	1.236.943	-	-	1.236.943
Outros activos tangíveis	3	-	-	3
	27.843.995	3.135	-	27.847.130
Depreciação acumulada				
Construções	14.871.892	43.035	-	14.914.927
Equipamento básico	946.307	25.181	-	971.488
Outros activos tangíveis	3	-	-	3
	15.818.202	68.216	-	15.886.418
Valor líquido	12.025.793			11.960.712
01-Jan-2009				
Custo de aquisição				
Construções	26.607.049	-	-	26.607.049
Equipamento básico	1.236.943	-	-	1.236.943
Outros activos tangíveis	3	-	-	3
	27.843.995	-	-	27.843.995
Depreciação acumulada				
Construções	14.634.175	237.717	-	14.871.892
Equipamento básico	918.826	27.481	-	946.307
Outros activos tangíveis	3	-	-	3
	15.553.004	265.198	-	15.818.202
Valor líquido	12.290.991			12.025.793

CFM - PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Meticalis)

Estes activos, detidos com o objecto de obtenção de rendas, dizem respeito aos bens alugados ao DP World Maputo, SA, Trancom, Lda, e Mozal e bens no âmbito de concessão com MPDC – Sociedade de Desenvolvimento do Porto de Maputo SARL, Terminal de Cabotagem de Maputo SARL, Cornelder de Moçambique SARL, Corredor de Desenvolvimento do Norte SARL, Sociedade Terminais de Moçambique e outras (ver introdução).

8. Activos financeiros disponíveis para venda

A rubrica de activos financeiros disponíveis para venda apresenta-se como se segue:

	% de participação	Valor de Balanço	
		31-Dez-2010	31-Dez-2009
Subsidiárias			
STM - Sociedade Terminais de Moçambique	50,00	53.300	53.300
Intur	75,50	16.096	16.096
Terminal de Granitos	50,00	2.364	2.364
Xitimela Leasing Limited	67,50	5.214	5.214
CFM - Transporte Trabalho Aéreo	100,00	100	100
Belavista Holding, SA	65,00	845	845
CFM-Sociedade Turística, S.A.	100,00	240	-
Dragagem do Porto de Maputo	75,00	1.796	-
		79.955	77.919

	% de participação	Valor de Balanço	
		31-Dez-2010	31-Dez-2009
Associadas			
DP World Maputo, SA	33,00	23.762	23.762
SDCM - Soc. Desenvol. Corredor de Maputo, SARL	27,50	23.230	23.230
Cornelder de Moçambique, SARL	33,00	3.795	3.795
Central East African Railways	49,00	13.523	13.523
Cornelder de Quelimane, SARL	49,00	11.760	11.760
Terminal de Cabotagem Maputo	49,00	5.831	5.831
CDN - Corredor de Desenvolvimento do Norte, SARL	49,00	22.638	22.638
MPDC - Maputo Port Development Company	49,00	7.590	7.590
CCFB - Cª dos Caminhos de Ferro da Beira	49,00	58.800	58.800
		170.929	170.929

CFM - PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Meticals)

	% de participação	Valor de Balanço	
		31-Dez-2010	31-Dez-2009
Instrumentos financeiros			
Cimentos de Moçambique, SARL	3,97	39.748	39.748
Transcarga, SARL	17,00	14	14
Beira Grain Terminal	15,00	405	405
Beira Grain Terminal c/suprimentos	-	16.455	14.865
		56.622	55.032
		307.506	303.880
Imparidade acumulada de activos financeiros disponíveis para venda		(88.802)	(113.445)
		218.704	190.435

Os movimentos ocorridos em imparidade acumulada de activos financeiros disponíveis para venda foi o seguinte:

	31-Dez-2010	31-Dez-2009
A 1 de Janeiro	113.445	113.445
Utilização	(24.643)	-
A 31 de Dezembro	88.802	113.445

9. Inventários

A rubrica de inventários inclui os seguintes saldos:

	31-Dez-2010	31-Dez-2009
Matérias primas, auxiliares e materiais	151.056	134.639
Produtos ou serviços em curso	5.669	5.634
	156.725	140.273
Ajustamentos ao valor realizável líquido	(34.764)	(34.764)
	121.961	105.509

Os ajustamentos ao valor realizável líquido provém de exercícios anteriores.

CFM - PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Meticais)

A rubrica de matérias primas, auxiliares e materiais inclui os seguintes saldos:

	<u>31-Dez-2010</u>	<u>31-Dez-2009</u>
Cimento	2.672	269
Pedra	533	168
Areia	288	211
Combustíveis e lubrificantes	374	374
Peças e sobressalentes	51.020	74.424
Material de construção	71.185	7.747
Material do escritório	425	425
Matérias primas, auxiliares e materiais em trânsito	-	21.703
Outros	24.559	29.319
	<u>151.056</u>	<u>134.639</u>

CFM - PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Meticais)

10. Clientes

Esta rubrica inclui os seguintes saldos:

	31-Dez-2010	31-Dez-2009
CCFB - Comp.Caminhos Ferro Beira	438.324	386.291
SDCN - Sociedade Desenv. Corredor Nacala	36	155.067
MPDC - Sociedade Desenv. Porto de Maputo	123.192	251.754
Terminal de Cabotagem - Maputo	23.956	10.209
CEAR Malawi	108.397	89.177
Albamar	67.849	67.849
Manica Freight Services	115.227	55.573
CETA - Construção e Serviços, SARL	53.779	50.058
CDN - Corredor Desenv. do Norte	457.321	101.223
CFM	28.763	-
Imopetro	85.731	61.126
Mozal	45.993	34.780
Cornelder de Moçambique	40.670	64.638
UTRE	-	32.068
National Railways of Zimbabwe	38.246	-
Transnet Freight Rail	22.035	-
Swaziland Railways	24.759	-
Alfândegas de Moçambique-Beira	28.376	22.712
Outros	388.028	530.324
	2.090.682	1.912.849
Imparidade acumulada em saldos de contas a receber	(666.298)	(805.973)
	1.424.384	1.106.876

Os movimentos ocorridos em imparidade de contas a receber foi o seguinte:

	31-Dez-2010	31-Dez-2009
A 1 de Janeiro	805.973	838.695
Reforço	106.685	-
Utilização	(246.360)	(32.722)
A 31 de Dezembro	666.298	805.973

O reforço da imparidade acumulada de contas a receber refere-se essencialmente à CDN – Corredor de Desenvolvimento do Norte.

CFM - PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Meticais)

11. Outros activos financeiros

Esta rubrica decompõe-se como segue:

	31-Dez-2010	31-Dez-2009
Colaboradores	23.741	26.687
Van Oord Dredging and Marine Contractors BV	74.603	-
Dragagem do Porto de Maputo, SA	67.595	-
Outros devedores	22.775	6.580
	188.714	33.267

12. Outros activos correntes

Esta rubrica decompõe-se como se segue:

	31-Dez-2010	31-Dez-2009
Estado		
IRPS	160.395	-
IVA a recuperar	134.402	134.036
IVA - Reembolsos pedidos	196.668	174.446
Acréscimos de rendimentos e gastos diferidos	171.869	128.980
	663.334	437.462

13. Caixa e bancos

Esta rubrica decompõe-se como se segue:

	31-Dez-2010	31-Dez-2009
Caixa	2.446	1.082
Depósitos à ordem	694.870	626.495
Depósitos a prazo	3.016.009	2.206.194
	3.713.325	2.833.771

O saldo de caixa e bancos por moeda decompõe-se pelos seguintes saldos de acordo com a moeda de origem:

	31-Dez-2010	31-Dez-2009
Meticais	336.960	201.141
Euros	4.555	4.978
Dólar Norte-Americano	2.969.695	2.472.484
Rands Sul-Africanos	402.115	155.168
	3.713.325	2.833.771

CFM - PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Meticais)

O saldo de caixa decompõe-se da seguinte forma:

	<u>31-Dez-2010</u>	<u>31-Dez-2009</u>
Meticals	2.435	1.082
Dólar Norte-Americano	11	-
	<u>2.446</u>	<u>1.082</u>

A rubrica de depósitos à ordem decompõe-se da seguinte forma:

	<u>31-Dez-2010</u>	<u>31-Dez-2009</u>
<u>Saldos em moeda nacional</u>		
Millennium BIM	22.983	29.233
Barclays Bank	8.479	5.802
Standard Bank	881	3.591
First National Bank	62	51
BCI	21.692	5.242
	<u>54.097</u>	<u>43.919</u>
<u>Saldos em moeda estrangeira</u>		
<u>Euros</u>		
BCI	4.555	4.978
	<u>4.555</u>	<u>4.978</u>
<u>Dólares Norte-Americanos</u>		
BCI	275.616	171.518
Millennium BIM	195.578	161.636
Standard Bank	55.090	147.339
	<u>526.284</u>	<u>480.493</u>
<u>Rands Sul-Africanos</u>		
BCI	905	-
Banco Mercantil	55.954	25.106
First National Bank	40.535	37.706
Standard Bank	11.987	34.159
Standard Chartered Bank of Zimbabwe	553	134
	<u>109.934</u>	<u>97.105</u>
	<u>694.870</u>	<u>626.495</u>

CFM - PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Meticals)

A rubrica de depósitos a prazo decompõe-se como se segue:

	Taxa de juro	Moeda	Maturidade	31-Dez-2010	31-Dez-2009
Millennium BIM	15,00%	MTN	16.06.11	60.706	50.000
Millennium BIM	13,00%	MTN	30.04.11	136.000	66.000
Millennium BIM	15,00%	MTN	-	10.000	10.000
BCI	6,83%	MTN	05.12.11	561	561
BCI	7,87%	MTN	15.06.11	884	884
BCI	0,05%	MTN	26.03.11	2.692	2.692
BCI	0,05%	MTN	29.03.11	1.003	1.003
BCI	19,00%	MTN	28.02.11	25.000	25.000
BCI	8,92%	MTN	07.02.11	2.206	-
BCI	9,00%	MTN	13.02.11	1.376	-
BCI	9,00%	MTN	-	40.000	-
Millennium BIM	3,75%	USD	07.02.11	1.060.950	783.000
Millennium BIM	3,50%	USD	07.02.11	80.375	72.500
Millennium BIM	3,50%	USD	-	192.900	188.500
Millennium BIM	2,10%	USD	-	64.300	58.000
BCI	3,25%	USD	-	-	123.250
BCI	3,25%	USD	02.02.11	80.375	65.250
BCI	3,25%	USD	05.02.11	64.300	29.000
BCI	3,25%	USD	29.01.11	176.825	159.500
BCI	3,35%	USD	16.03.11	450.100	-
BCI	3,35%	USD	-	-	145.000
BCI	3,35%	USD	-	-	43.500
BCI	3,35%	USD	-	-	58.000
BCI	3,35%	USD	-	-	17.091
Standard Bank	3,35%	USD	22.06.11	273.275	246.500
Standard Bank	3,35%	USD	-	-	2.900
BCI	4,09%	ZAR	17.02.11	247.811	41.783
Millennium BIM	4,09%	ZAR	-	44.370	16.280
				3.016.009	2.206.194

CFM - PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Meticais)

14. Capital próprio

O capital estatutário dos CFM ascende a 1.242.981 milhares de Meticais, integralmente subscrito e realizado pelo estado Moçambicano.

De acordo com a lei vigente a Empresa deve transferir para reserva legal 5% dos lucros líquidos até que esta represente pelo menos 20% do capital social (Artº 444 do Código Comercial). Esta reserva não é distribuível e só pode ser utilizada para incorporação no capital ou para cobrir prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas.

A reserva decompõe-se como se segue:

	<u>Valor</u>
Reserva Legal	36.526
Fundo social dos trabalhadores	48.341
Reserva para investimentos	441.708
	<u><u>526.575</u></u>

15. Provisões

	<u>31-Dez-2010</u>	<u>31-Dez-2009</u>
Provisões para litígios judiciais	<u>26.447</u>	<u>25.443</u>

O movimento nesta rubrica foi como se segue:

	<u>31-Dez-2010</u>	<u>31-Dez-2009</u>
A 1 de Janeiro	25.443	2.610
Reforço	1.004	23.045
Utilização	-	(212)
A 31 de Dezembro	<u>26.447</u>	<u>25.443</u>

A provisão para litígios judiciais foi constituída para fazer face a perdas esperadas com acções judiciais em que a Empresa é ré, tendo sido calculada com base na análise cuidada dos processos em curso. Essas análises são revistas no final de cada exercício, de forma a reflectir a melhor estimativa da responsabilidade da Empresa na data do balanço, tendo em conta os factos conhecidos à data.

CFM - PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Meticais)

16. Empréstimos obtidos

Esta rubrica compreende os seguintes empréstimos:

	31-Dez-2010	31-Dez-2009
Não correntes		
Empréstimos	23.122	20.858
Financiamentos do Estado	2.822.591	2.500.100
	2.845.713	2.520.958
Correntes		
Financiamentos do Estado	55.867	116.667
Descobertos bancários	276	101
	56.143	116.768
	2.901.856	2.637.726

Os empréstimos obtidos são analisados como se segue:

	Taxa de juro	Moeda	Maturidade	31-Dez-2010	31-Dez-2009
Não correntes					
<u>Empréstimos</u>					
Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional (i)	5,57% p.a.	USD	02/04/2006	23.122	20.858
<u>Financiamentos do Estado</u>					
Ministério das Finanças (ii)	2,00% p.a.	USD	24/01/2040	576.647	520.196
Porto de Quelimane (iii)	-	EUR	07/04/2050	323.830	292.128
Banco Mundial - RPRP (ii)	2,00% p.a.	USD	24/01/2040	1.720.526	1.552.094
Reabilitação da Linha de Sena (iv)	0,75% p.a.	USD	30/06/2030	139.299	79.490
Electrificação do Porto da Matola (v)	5,5% p.a.	EUR	20/07/2034	62.289	56.192
				2.822.591	2.500.100
Correntes					
<u>Financiamentos do Estado</u>					
Ministério das Finanças (ii)	2,00% p.a.	USD	24/01/2040	38.720	110.174
Porto de Quelimane (iii)	-	EUR	07/04/2050	17.147	6.493
				55.867	116.667
<u>Outros</u>					
Descobertos bancários	-	MTN		276	101
				56.143	116.768
				2.901.856	2.637.726

CFM – PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Meticais)

(i) Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional

O saldo correspondente ao desembolso parcial do empréstimo obtido em Abril de 2003 junto do Governo da Suécia, representado por SIDA – Agência Sueca para Desenvolvimento Internacional, para construção da estrada que dá acesso ao Porto de Maputo no montante de 922.000 USD, vence juros à taxa de 5,57% por ano e será amortizado em três prestações anuais iguais, cuja primeira prestação venceu em 2006. O valor de juros só será pago caso os dividendos, entretanto recebidos do MPDC, SARL, cubram o valor dos mesmos.

(ii) Banco Mundial e Ministério das Finanças

Os saldos correspondentes ao financiamento pelo Banco Mundial e Ministério das Finanças em Janeiro de 2000 para a racionalização da força de trabalho no âmbito do Projecto RPRP (“Railways Project Restructuration of Port”) no montante de 49.182.403 USD, a liquidar em 30 anos, com 10 anos de período de graça capital e juros e posteriormente e vence juros a taxa de 2% ao ano.

(iii) Porto de Quelimane

O montante na rubrica de Porto de Quelimane representa desembolsos efectuados à construtora CMC África Austral, Lda pela reabilitação do Porto de Quelimane no montante de 14.112.000 EUR. O empréstimo foi concedido pela instituição Alemã KfW - Kreditanstalt für Wiederaufbau (*Reconstruction Credit Institute*) via o Governo de Moçambique em Abril de 2007.

(iv) Reabilitação da Linha de Sena

O montante nesta rubrica representa financiamento pelo Banco Mundial via o Governo de Moçambique em 2005, pela reabilitação da Linha de Sena no montante de 5.500.000 USD.

(v) Electrificação do Porto da Matola

O montante nesta rubrica representa um financiamento pela instituição Alemã KfW - Kreditanstalt für Wiederaufbau (*Reconstruction Credit Institute*) via o Governo de Moçambique em 2005, pela electrificação do Porto da Matola no montante de 1.533.876 EUR. O objectivo deste projecto é para garantir a distribuição de energia no Porto da Matola e por via de desenvolvimento do Porto, salvaguardar empregos e contribuir para geração de proveitos domésticos dos serviços de importação e exportação.

CFM - PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Meticais)

17. Fornecedores

Os fornecedores incluem os seguintes saldos:

	31-Dez-2010	31-Dez-2009
RICON	16.656	10.759
Infradev Moçambique, Lda	14.123	-
G4S	5.442	5.475
Van Oord Dredging and Marine Contractors BV	70.528	-
G G Importação e Exportação, Lda.	7.064	4.350
Socopecas, Lda	15.352	2.563
BP Moçambique	4.969	1.519
EXtramac, Lda	1.563	1.475
Sulbrita, Lda	412	1.305
TDM	2.020	473
África Construções, Lda	317	1.304
Gazebo Industries Limited	-	1.088
HFB	6.690	-
PHC Software	287	767
Pandrol, Lda	2.046	1.243
Petromoc, SARL	32.509	18.150
Outros	20.715	10.018
	200.693	60.489

CFM - PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Meticals)

18. Outros passivos financeiros

Esta rubrica inclui os seguintes saldos:

	<u>31-Dez-2010</u>	<u>31-Dez-2009</u>
Não correntes		
Petromoc e Sasol, SARL	22.253	21.091
	<u>22.253</u>	<u>21.091</u>
Correntes		
Cauções de clientes diversos	4.381	7.261
Remunerações aos órgãos sociais	3.559	5.126
Remunerações aos trabalhadores	36.998	30.774
Outros credores	42.194	22.866
	<u>87.132</u>	<u>66.027</u>
	<u>109.385</u>	<u>87.118</u>

Os saldo a pagar para com a Petromoc & Sasol refere-se à construção do complexo ferroviário.

19. Outros passivos correntes

Esta rubrica inclui os seguintes saldos:

	<u>31-Dez-2010</u>	<u>31-Dez-2009</u>
Estado		
Imposto sobre o rendimento	455.023	74.187
Retenção na fonte	17.996	24.462
Contribuições para INSS	1.634	29
Outros	799.177	812.622
	<u>1.273.830</u>	<u>911.300</u>

CFM - PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Meticals)

A rubrica de Outros inclui os seguintes saldos:

	31-Dez-2010	31-Dez-2009
Donativos recebidos para investimentos	750.676	783.715
Chefe de estação - Norte	959	1.551
Chefe de estação - Central	12.732	22.903
Chefe de estação - Sul	12.867	2.277
Diversos	21.943	2.176
	799.177	812.622

O saldo de Donativos recebidos para investimentos corresponde ao remanescente do valor da doação para reabilitar a linha-férrea do Limpopo (financiada pelo governo do Canadá). Este montante tem vindo a ser regularizado por contrapartida do valor da depreciação da Linha durante o período esperado da vida útil contabilística. Em 2010 e 2009, os montantes de depreciação ascendeu a 69.218 milhares de meticals.

20. Vendas de bens e serviços

As vendas de bens e serviços decompõem-se como se segue:

	2010	2009
Construção de Linhas Ferreas	-	2.035
Estadias	72.202	40.572
Cabotagem	915.352	494.625
Exportações	159.554	127.505
Importações	193.473	176.189
Pilotagem	15.331	10.030
Rebocadores	47.630	39.013
Aluquer de contentores	54.466	29.843
Transporte e manuseamento de mercadorias	1.227.113	574.185
Outros serviços prestados	109.802	166.734
	2.794.923	1.660.731

CFM - PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Meticals)

21. Custo dos inventários

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2010		
	Mercadorias	Matérias primas, auxiliares e materiais	Total
Existências iniciais	-	140.273	140.273
Compras	-	101.661	101.661
Regularizações	-	-	-
Existências Finais	-	(156.725)	(156.725)
Custo do exercício	-	85.209	85.209

	2009		
	Mercadorias	Matérias primas, auxiliares e materiais	Total
Existências iniciais	-	109.531	109.531
Compras	-	71.841	71.841
Regularizações	-	(9.905)	(9.905)
Existências Finais	-	(140.273)	(140.273)
Custo do exercício	-	31.194	31.194

22. Investimentos para a própria empresa

A rubrica de investimentos para a própria empresa refere-se ao valor da Produção de Travessas para a reconstrução da Linha Férrea de Ressano Garcia.

CFM – PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Meticals)

23. Rendimentos suplementares

Os rendimentos suplementares incluem:

	2010	2009
Rendas fixas		
MPDC	185.578	141.704
Terminal de Cabotagem de Maputo	9.093	7.422
STM	5.452	4.462
Cornerlde de Moçambique	70.274	58.762
CDN	118.351	55.346
	388.748	267.696
Rendas variáveis		
MPDC	177.394	104.307
Cornerlde de Moçambique	152.269	89.533
CDN	44.562	26.202
Outros	21.231	52.269
	395.456	272.311
Outros rendimentos		
Rendas e alugueres (i)	73.682	60.686
Fornecimentos de água e energia	43.725	37.969
Serviços sociais	4.597	5.253
Fees de gestão	30.811	24.966
Royalties	-	46.570
Outros rendimentos portuários	24.962	27.367
	177.777	202.811
	961.981	742.818

As rendas fixas referem-se a uma parte fixa celebrada entre os CFM e os operadores, enquanto que as rendas variáveis referem-se a uma parte variável conforme a performance financeira dos operadores.

CFM - PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Meticais)

As rendas e alugueres decompõem-se como se segue:

	2010	2009
Aluguer de locomotivas	32.550	27.194
Aluguer de vagões	11.761	6.844
Aluguer de equipamento portuário	14.242	11.246
Outros equipamentos	15.129	15.402
	73.682	60.686

24. Gastos com pessoal

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2010	2009
Remunerações da administração	39.019	31.826
Remunerações de outros colaboradores	730.448	567.299
Encargos com as remunerações	1.343	58
Ajudas de custo	14.968	10.959
Indemnizações	4.363	228
Seguros de acidentes de trabalho e doença	28	32
Custos de acção social	25.206	23.626
Outros custos com pessoal	101.274	72.971
	916.649	706.999

O número médio de colaboradores em 2010 foi de 2.890 (2.643 em 2009).

CFM - PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Meticais)

25. Fornecimentos e serviços de terceiros

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2010	2009
Água e electricidade	41.407	38.016
Combustíveis e lubrificantes	183.020	136.124
Ferramentas e utensílios	3.614	4.456
Materiais de manutenção e reparação	66.622	65.690
Material de escritório	19.899	17.066
Serviços de dragagem	263.588	91.990
Manutenção e reparação	48.310	39.298
Transporte de carga e de passageiros	794	864
Comunicações	29.664	23.458
Honorários	4.688	3.348
Publicidade e propaganda	18.398	9.968
Deslocações e estadias	29.190	24.083
Despesas de representação	1.583	900
Contencioso e notariado	3.090	4.590
Rendas e alugueres	98.686	60.016
Seguros	19.832	17.520
Limpeza, higiene e conforto	10.427	7.077
Vigilância e segurança	111.740	101.820
Trabalhos especializados	14.420	8.647
Estiva - Terminal de alumínio	163.388	128.781
Intercâmbio de material circulante	179.617	87.953
Outros fornecimentos e serviços	41.157	34.789
	1.353.134	906.454

CFM - PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Meticais)

26. Outros ganhos e perdas operacionais

Os outros ganhos e perdas operacionais apresentam-se como se segue:

	2010	2009
Impostos e tax as		
Direitos aduaneiros	(1.503)	(4.341)
Imposto sobre o Valor Acrescentado	(10.794)	(267)
Imposto sobre veículos	(173)	(206)
Impostos autárquicos	(561)	(12.688)
Outros impostos e tax as	(2.433)	(3.348)
Multas e penalidades	(106)	(92)
Perdas em investimentos de capital	(747)	(8.621)
Quotizações	(2.137)	(946)
Programas de responsabilidade social	(26.872)	(41.872)
Clube de actividades desportiv as	(94.013)	(69.075)
Outras actividades	(402)	(704)
Outros	(2.881)	(7.113)
Outros gastos e perdas operacionais	(142.622)	(149.273)
Ganhos em investimentos de capital - Outros	194.963	27.366
Ganhos em investimentos de capital - Alienação	975	2.503
Ganhos em investimentos de capital - Sinistros	1.960	1.488
Ganhos em inventários	8.958	8.792
Outros	74.165	66.266
Outros rendimentos e ganhos operacionais	281.021	106.415
	138.399	(42.858)

Os clubes de actividades desportivas referem-se a encargos relativos com os diversos clubes Ferroviários pertencentes aos CFM.

Os ganhos em investimento de capital referem-se a rendas obtidas das habitações e instalações.

CFM - PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Meticais)

27. Rendimentos financeiros

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2010	2009
Juros obtidos	110.961	74.036
Rendimentos de partes sociais	121.648	34.807
Diferenças de câmbio favoráveis	1.177.456	556.264
Outros rendimentos e ganhos financeiros	11.967	227.780
	1.422.032	892.887

Os rendimentos de partes sociais dizem respeito a dividendos obtidos.

28. Gastos financeiros

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2010	2009
Juros suportados	36.103	28.983
Diferenças de câmbio desfavoráveis	1.000.571	380.967
Outros gastos e perdas financeiras	24.378	66.680
	1.061.052	476.630

29. Impostos sobre o rendimento

	2010	2009
Imposto corrente	(455.023)	(159.482)
Imposto diferido	(75.765)	18.449
	(530.788)	(141.033)

CFM - PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Meticais)

O movimento nos impostos diferidos em foi o seguinte:

	31-Dez-2009	Demonstração de resultados		31-Dez-2010
		Gasto	Rendimento	
Activos por impostos diferidos				
Activos intangíveis	1.596	-	707	2.303
Depreciações dos activos tangíveis	24.503	-	-	24.503
Diferença de câmbio não realizada desfavorável	-	-	135.270	135.270
Passivos por impostos diferidos				
Depreciações dos activos tangíveis	-	(38.678)	-	(38.678)
Anulação de provisão para devedores duvidosos	(27.098)	(934)	-	(28.032)
Diferença de câmbio não realizada favorável	-	(172.130)	-	(172.130)
	(999)	(211.742)	135.977	(76.764)
		(75.765)		
	01-Jan-2009	Demonstração de resultados		31-Dez-2009
		Gasto	Rendimento	
Activos por impostos diferidos				
Activos intangíveis	2.130	(534)	-	1.596
Depreciações dos activos tangíveis	-	-	24.503	24.503
Diferença de câmbio não realizada desfavorável	-	-	-	-
Passivos por impostos diferidos				
Anulação de provisão para devedores duvidosos	(21.578)	(5.520)	-	(27.098)
Diferença de câmbio não realizada favorável	-	-	-	-
	(19.448)	(6.054)	24.503	(999)
		18.449		

CFM - PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Meticais)

A reconciliação do imposto corrente é a seguinte:

	2010		2009	
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
Resultado antes de imposto		1.376.487		495.314
Imposto a pagar à taxa nominal	32,00%	440.476	32,00%	158.500
Correcções fiscais				
Amortizações não aceites como custo fiscal	10,31%	45.406	16,78%	26.592
Provisões não dedutíveis	7,64%	33.660	1,13%	1.787
Multas e outros na pratica de infrações	0,01%	34	0,02%	29
80% das despesas de representação	0,22%	963	0,15%	234
Importancias devidas pelo aluguer de viaturas	1,38%	6.096	2,97%	4.703
Correcções imputáveis a exercicios anteriores	0,00%	-	2,40%	3.803
Dupla tributação económica de lucros distribuidos	-8,84%	(38.927)	-22,82%	(36.166)
Diferenças de câmbio não realizadas favóráveis	-8,37%	(36.860)	0,00%	-
Outros custos não aceites	0,95%	4.175	0,00%	-
Imposto efectivo a liquidar	33,06%	455.023	32,20%	159.482
Imposto corrente	33,06%	455.023	32%	159.482

CFM - PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Meticals)

31. Partes relacionadas

		Vendas e prestações de serviços	Aquisições
Subsidiárias			
STM - Sociedade Terminais de Moçambique, Lda	2010	14.949	-
STM - Sociedade Terminais de Moçambique, Lda	2009	8.872	-
CFM - Transporte Trabalho Aéreo	2010	38.909	-
CFM - Transporte Trabalho Aéreo	2009	13.542	-
Xitimela Leasing Limited	2010	-	-
Xitimela Leasing Limited	2009	-	-
		Vendas/prestações	Aquisições
Associadas			
Cornelder de Moçambique, SARL	2010	587.628	-
Cornelder de Moçambique, SARL	2009	287.962	-
MPDC - Maputo Port Development Company	2010	732.009	-
MPDC - Maputo Port Development Company	2009	489.379	-
Terminal de Cabotagem Maputo	2010	30.480	-
Terminal de Cabotagem Maputo	2009	2.882	-
MIPS - Moz. International Port Services, SARL	2010	33.620	-
MIPS - Moz. International Port Services, SARL	2009	40.468	-
Cornelder de Quelimane, SARL	2010	-	-
Cornelder de Quelimane, SARL	2009	1.703	-
CDN - Corredor de Desenvolvimento do Norte, SARL	2010	333.102	-
CDN - Corredor de Desenvolvimento do Norte, SARL	2009	322.627	-
CCFB - Cª dos Caminhos de Ferro da Beira	2010	-	-
CCFB - Cª dos Caminhos de Ferro da Beira	2009	-	-
		Vendas/prestações	Aquisições
Outras partes relacionadas			
Mozal	2010	734.016	-
Mozal	2009	415.380	-
Hotel África	2010	4.395	-
Hotel África	2009	4.008	-
Transcom	2010	-	-
Transcom	2009	-	-

CFM - PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Meticals)

		Saldos devedores	Saldos credores
Subsidiárias			
STM - Sociedade Terminais de Moçambique, Lda	2010	1.452	-
STM - Sociedade Terminais de Moçambique, Lda	2009	751	-
CFM - Transporte Trabalho Aéreo	2010	28.763	-
CFM - Transporte Trabalho Aéreo	2009	11.642	-
Xitimela Leasing Limited	2010	4.206	-
Xitimela Leasing Limited	2009	4.321	-
		Saldos devedores	Saldos credores
Associadas			
Cornelder de Moçambique, SARL	2010	40.670	-
Cornelder de Moçambique, SARL	2009	64.638	-
MPDC - Maputo Port Development Company	2010	123.192	-
MPDC - Maputo Port Development Company	2009	111.075	-
Terminal de Cabotagem Maputo	2010	23.956	-
Terminal de Cabotagem Maputo	2009	7.135	-
MIPS - Moz. International Port Services, SARL	2010	1.620	-
MIPS - Moz. International Port Services, SARL	2009	1.192	-
Cornelder de Quelimane, SARL	2010	-	-
Cornelder de Quelimane, SARL	2009	1.138	-
CDN - Corredor de Desenvolvimento do Norte, SARL	2010	457.321	-
CDN - Corredor de Desenvolvimento do Norte, SARL	2009	107.304	-
CCFB - Cª dos Caminhos de Ferro da Beira	2010	397.950	-
CCFB - Cª dos Caminhos de Ferro da Beira	2009	393.113	-
		Saldos devedores	Saldos credores
Outras partes relacionadas			
Mozal	2010	45.993	-
Mozal	2009	34.780	-
Hotel Africa	2010	231	-
Hotel Africa	2009	1.289	-
Transcom	2010	-	-
Transcom	2009	-	-

CFM – PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Meticais)

Benefícios do pessoal chave de gestão

	31-Dez-2010	31-Dez-2009
Remunerações da Administração	39.019	31.826

32. Compromissos e contingências

Processos judiciais

A 31 de Dezembro de 2010, a empresa é arguida em diversos processos judiciais, totalizando cerca de 78.235 milhares de Meticais. A empresa constituiu provisões relativas aos processos julgados, na qual ela foi condenada em sede de tribunais de primeira instância e recorreu, no montante de 26.447 milhares de meticais.

Garantias

O detalhe das garantias bancárias prestadas pelos CFM a terceiros à data de 31 de Dezembro de 2010, apresentam-se como se segue:

Beneficiários	Moeda	Validade	Valor
Electricidade de Moçambique, EP	MT	24.08.11	579.533
Tribunal Judicial da Província de Nampula	MT	15.03.11	1.002.669
			1.582.202

Acidente Ferroviário

Em Maio de 2002, ocorreu um acidente ferroviário na estação de Tenga que envolveu vagões de carga e carruagens de passageiros. Deste acidente, perderam a vida cerca de 200 pessoas (passageiros). Existe uma potencial contingência resultante deste acidente que não é possível quantificar antes da conclusão/divulgação dos resultados pelo tribunal competente. Até à data, não havia desfecho deste caso. Os CFM têm vindo a financiar acções de apoio social aos familiares das vítimas.

33. Gestão de risco, objectivos e políticas

A actividade dos CFM é exposta a uma diversidade de riscos financeiros, o que envolve a análise, aceitação e gestão de certos graus de riscos ou combinação dos mesmos. O objectivo do Conselho de Administração dos CFM é por isso alcançar um equilíbrio apropriado entre o risco e o retorno, e minimizar os efeitos potenciais adversos ao desempenho financeiro.

As políticas de gestão de risco dos CFM são desenhadas a fim de identificar e analisar estes riscos, estabelecer limites de risco e controlo, e monitorar os riscos e aderência aos limites através de sistemas de informação fiáveis e actualizados. Os CFM revêm periodicamente as suas políticas de gestão de risco e sistemas a fim de melhor se precaver face às variações de mercado.

CFM - PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Meticais)

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de mudanças nos preços de mercado, tais como taxas de juro, taxas de câmbio. O objectivo da gestão do risco de mercado é gerir e controlar o risco de mercado dentro de parâmetros que a Gestão considere aceitável.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro do fluxo monetário é o risco de que fluxos monetários futuros de um instrumento financeiro irão flutuar devido a alterações nas taxas de juro de mercado. O risco do justo valor da taxa de juro é o risco de que um valor de um determinado instrumento financeiro irá flutuar devido a taxas de juro do mercado. A exposição dos CFM face ao risco da taxa de juro prende-se aos empréstimos de taxa de juro variável.

A política dos CFM passa por obter financiamento por via de taxas fixas, assim como variáveis, a fim de minimizar as variações das taxas de juro.

A tabela abaixo sumariza a exposição dos CFM ao risco de taxa de juro, a 31 de Dezembro de 2010.

	<u>Aumento/diminuição da taxa de juro</u>	<u>Efeito em resultados antes de impostos</u>
31-Dez-2010		
Maibor	+140	1.864
Maibor	-140	(1.864)
Euribor	+35	(3.678)
Euribor	-35	3.678
Libor	+25	4.348
Libor	-25	(4.348)
Jibor	+100	5.564
Jibor	-100	(5.564)
31-Dez-2009		
Maibor	+135	6.930
Maibor	-135	(6.930)
Euribor	+30	(8.040)
Euribor	-30	8.040
Libor	+20	4.359
Libor	-20	(4.359)
Jibor	+90	5.349
Jibor	-90	(5.349)

Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa cambial é o risco que o justo valor ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nas taxas de câmbio. As demonstrações financeiras dos CFM podem ser afectadas pelas variações das taxas cambiais

CFM – PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Meticals)

MZN/EUR, MZN/USD, MZN/ZAR. Os CFM procura atenuarem os efeitos de exposição à moeda estrangeira efectuando o maior número de operações em moeda nacional.

As tabelas abaixo sumarizam a exposição dos CFM ao risco de taxa de câmbio, a 31 de Dezembro de 2010 e 2009.

	31-Dez-2010				
	Total	MZN	EUR	USD	ZAR
<u>Activo</u>					
Caixa e bancos	3.713.325	336.960	4.555	2.969.695	402.115
Clientes	1.424.384	1.143.285	-	207.621	73.478
Outros activos financeiros	188.714	114.111	-	74.603	-
Outros activos correntes	663.334	663.334	-	-	-
	5.989.757	2.257.690	4.555	3.251.919	475.593
<u>Passivo</u>					
Fornecedores	200.693	130.165	70.528	-	-
Empréstimos bancários	2.901.856	276	403.266	2.498.314	-
Outros passivos financeiros	109.385	109.385	-	-	-
Outros passivos correntes	818.807	818.807	-	-	-
	4.030.741	1.058.633	473.794	2.498.314	-
Posição líquida	1.959.016	1.199.057	(469.239)	753.605	475.593

	31-Dez-2009				
	Total	MZN	EUR	USD	ZAR
<u>Activo</u>					
Caixa e bancos	2.833.771	201.141	4.978	2.472.484	155.168
Clientes	1.106.876	976.057	-	100.377	30.443
Outros activos financeiros	33.267	33.267	-	-	-
Outros activos correntes	437.462	437.462	-	-	-
	4.411.376	1.647.927	4.978	2.572.861	185.611
<u>Passivo</u>					
Fornecedores	60.489	60.489	-	-	-
Empréstimos bancários	2.637.726	101	354.813	2.282.812	-
Outros passivos financeiros	87.118	87.118	-	-	-
Outros passivos correntes	911.300	911.300	-	-	-
	3.696.633	1.059.008	354.813	2.282.812	-
Posição líquida	714.743	588.919	(349.835)	290.049	185.611

CFM – PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Meticais)

31-Dez-2010	Aumento/diminuição da taxa de câmbio	Efeito em resultados antes de impostos
Euros	3%	3.311
Euros	-3%	(3.311)
Dólar Norte-Americano	11%	(19.044)
Dólar Norte-Americano	-11%	19.044
Rands Sul-Africanos	21%	(23.432)
Rands Sul-Africanos	-21%	23.432

31-Dez-2009	Aumento/diminuição da taxa de câmbio	Efeito em resultados antes de impostos
Euros	5%	23.090
Euros	-5%	(23.090)
Dólar Norte-Americano	16%	(64.655)
Dólar Norte-Americano	-16%	64.655
Rands Sul-Africanos	47%	(120.984)
Rands Sul-Africanos	-47%	120.984

Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco dos CFM incorrer numa perda pelo facto de as contrapartes e clientes não cumprirem com as suas obrigações. Para limitar este risco, a gestão recorre a diversas fontes gerindo os activos tendo por base a sua liquidez e monitoriza periodicamente os fluxos de caixa futuros e liquidez.

A exposição máxima ao risco a 31 de Dezembro de 2010 é a seguinte:

	31-Dez-2010	31-Dez-2009
Clientes	2.090.682	1.912.849
Outros activos financeiros	188.714	33.267
	2.279.396	1.946.116

Por sua vez, a antiguidade de saldos de contas de clientes que não se encontram em imparidade apresenta-se como se segue:

CFM - PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Meticalis)

	Antiguidade de saldos que não estão em imparidade					Total
	< 30 dias	30 - 60 dias	60 - 90 dias	90 - 120 dias		
31-Dez-2010	167.258	138.054	38.429	628.398	972.139	
31-Dez-2009	56.216	64.247	24.093	481.850	626.405	

	Saldos que não estão vencidos nem em imparidade	Saldos vencidos mas não estão em imparidade				Total
		< 30 dias	30 - 60 dias	60 - 90 dias	90 - 120 dias	
31-Dez-2010	972.139	207.561	74.337	20.693	338.368	2.279.396
31-Dez-2009	626.405	62.432	51.531	14.345	385.429	1.946.116

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco dos CFM não ter capacidade financeira para satisfazer os seus compromissos associados aos instrumentos financeiros quando estes se vencem. Para limitar este risco, a gestão recorre a diversas fontes gerindo os activos tendo por base a sua liquidez e monitoriza periodicamente os fluxos de caixa futuros e liquidez.

A gestão deste tipo de risco, desenvolvida com recurso à análise dos prazos residuais dos diferentes activos e passivos do balanço, evidencia, para cada um dos diferentes intervalos considerados, a diferença entre os volumes de influxos de caixa e efluxos de caixa, bem como os respectivos gaps de liquidez.

O objectivo dos CFM é manter o equilíbrio entre a continuidade do financiamento e flexibilidade através da utilização de descobertos bancários, empréstimos bancários, financiamentos do Estado e locações financeiras.

31 de Dezembro de 2010	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos bancários	56.143	1.186.646	1.659.067	2.901.856
Outros passivos financeiros	87.132	22.253	-	109.385
Outros passivos correntes	818.807	-	-	818.807
	962.082	1.208.899	1.659.067	3.830.048

31 de Dezembro de 2009	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos bancários	116.768	1.040.689	1.480.269	2.637.726
Outros passivos financeiros	66.027	21.091	-	87.118
Outros passivos correntes	911.300	-	-	911.300
	1.094.095	1.061.780	1.480.269	3.636.144

CFM - PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Meticais)

Gestão de Capital

O principal objectivo da gestão do capital dos CFM é garantir um sólido rácio de capital de dívida a fim alavancar os seus negócios e maximizar o valor para os seus accionistas.

Os CFM gerem a sua estrutura de capital de acordo com a evolução das condições de mercado. A fim de manter ou ajustar a sua estrutura de capital, os CFM pode ajustar o pagamento de dividendos aos Accionistas, ou emitir novas acções, condicionado aos acordos de reversão celebrados (ver nota introdutória).

Não foram efectuadas alterações nos objectivos, políticas ou processos para gestão de capital durante o ano findo em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009.

Os CFM analisam o seu endividamento através do rácio de alavancagem. O objectivo dos CFM é manter o rácio entre os 5% a 10%.

	31-Dez-2010	31-Dez-2009
Empréstimos obtidos (nota 16)	2.901.856	2.637.726
Outros passivos financeiros (nota 18)	109.385	87.118
Outros passivos correntes (nota 19)	818.807	911.300
Menos: Caixa e bancos (nota 13)	(3.713.325)	(2.833.771)
Dívida líquida	116.723	802.373
Capital próprio	23.922.841	22.671.361
Capital e dívida líquida	24.039.564	23.473.734
Rácio alavancagem	0%	3%

34. Acontecimentos após a data de balanço

Após a data do balanço e até a data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, não se verificaram eventos favoráveis ou desfavoráveis para os CFM que afectem as presentes demonstrações financeiras ou que requeiram divulgação nas mesmas.

O Técnico de Contas

A Administração